

A Qualificação
16.09.12

*Tomar Colocamento
Anexar ao Relatório
Intercalar referente ao
1º semestre*

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO

*Plenária do Conselho Directivo e
Asssembleia Inter-municipal*

FINANCEIRA SEMESTRAL

Do S. Brinco
16.09.12

Introdução

2016.9.12

1. Para os efeitos do Art.º 77 da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016, da "VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa", incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 27.634.062,14 euros e um total de fundos Próprios de 10.125.431,27 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 59.752,80 euros), na Demonstração dos resultados por natureza e na Demonstração dos fluxos de caixa e nos mapas orçamentais, do período de seis meses findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

*- À Comissão
do C.D.
19.09.2016*

3. É da responsabilidade do Órgão executivo:
 - a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, posição financeira ou resultados da entidade;

*Tomado conhecimento pelo Conselho Directivo em reunião
de 16.09.12 tendo sido celebrado pelo mesmo o
Acordo Inter-municipal.*

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA
Recb. 2016/09/12
regist. sob o n.º 908

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O Nº 155 - CAPITAL SOCIAL REALIZADO 10.000,00 € - NIPC 504 096 664



4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

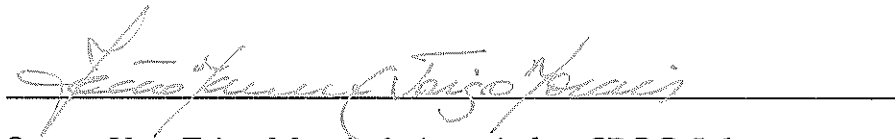
Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
 - a apresentação da informação financeira;
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação:
 - a) da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos; e
 - b) das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2016 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 12 de Setembro de 2016



Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda.

Representada por, João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881



Relatório Intercalar – 1º Semestre 2016

Para efeitos do disposto na alínea d) do art.º 77 da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, foi elaborado o presente relatório intercalar sobre a situação económica e financeira da entidade referente ao 1º Semestre de 2016.

1 – Análise da Execução Orçamental da Receita e da Despesa

1.1 – Estrutura da Receita

A Receita Arrecadada no 1.º Semestre de 2016 totalizou 2.873.474,84€, 2.668.429,62€ de Receitas Correntes e 205.045,22€ de Receitas de Capital.

Resumo da Receita							
Receitas Correntes				Receitas de Capital e Outras Receitas			
Rubrica	Valor	%		Rubrica	Valor	%	
05 Rendimentos de Propriedade	0,00	0,00%	10	Transferências de Capital	155 424,81	5,41%	
0502 Juros - Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	1003	Administração Central	42 695,74	1,49%	
06 Transferências Correntes	2 666 593,77	92,80%	1005	Administração Local	112 729,07	3,92%	
0603 Administração Central	22 031,54	0,77%					
0605 Administração Local	2 644 562,23	92,03%					
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1 529,07	0,05%					
0701 Venda de Bens	801,16	0,03%	16	Saldo da Gerencia Anterior	49 620,41	1,73%	
0702 Venda de Serviços	727,91	0,03%	1601	Saldo orçamental	49 620,41	1,73%	
08 Outra receitas Correntes	306,78	0,01%					
0801 Outras Receitas Correntes	306,78	0,01%					
TOTAL RECEITAS CORRENTES	2 668 429,62	92,86%		TOTAL RECEITAS DE CAPITAL e OUTRAS RECEITAS	205 045,22	7,14%	
TOTAL DAS RECEITAS				TOTAL DAS RECEITAS	2 873 474,84		

A receita apresenta a seguinte composição:

- As Transferências Correntes, da Administração Central e Local têm um peso de 92,80% no total das Receitas sendo a principal fonte de receita da Associação de Municípios;
- As Transferências de capital da Administração Central e Local, têm um peso de 5,41% no total da receita arrecadada;

Assim, fica demonstrada a enorme dependência da Valsousa de transferências de Entidades externas, particularmente, resultantes de transferências dos Municípios (92,03%), a que acrescem as transferências ainda do QREN (0,77%).

As Receitas correntes arrecadadas neste período representam 92,86% das Receitas Totais, enquanto que as Receitas de Capital representam apenas 7,14% do Total das Receitas arrecadadas.

1.2 – Estrutura da Despesa

Durante o 1º Semestre de 2016, o valor da Despesa Total paga atingiu os 2.848.277,48€, sendo 2.724.555,04€ referente a despesas correntes e 123.722,44€ referente a despesas de capital.

Resumo Da Despesa						
Despesas Correntes				Despesas de Capital		
Rubrica	Valor	%		Rubrica	Valor	%
01 Despesas com Pessoal	312 144,90	10,96%	07 Aquisição de Bens de Capital		394,19	0,01%
0101 Remunerações certas e permanentes	249 598,57	8,76%	0701 Investimentos		394,19	0,01%
0102 Abonos variáveis ou eventuais	6 111,77	0,21%	0702 Locação Financeira		0,00	0,00%
0103 Segurança Social	56 434,56	1,98%				
02 Aquisição de Bens e Serviços	1 667 729,08	58,55%	08 Transferências de Capital		0,00	0,00%
0201 Aquisição de bens	4 325,03	0,15%	0805 Administração Local		0,00	0,00%
0202 Aquisição de serviços	1 663 404,05	58,40%				
03 Juros e Outros Encargos	616 407,77	21,64%	10 Passivos Financeiros		123 328,25	4,33%
0301 Juros da dívida publica	149,91	0,01%	1006 Empréstimos a Medio e Longo prazo		123 328,25	4,33%
303 Juros de Locação Financeira	0,00	0,00%				
0305 Outros juros	1 166,90	0,04%				
0306 Outros encargos financeiros	615 090,96	21,60%				
04 Transferências Correntes	128 051,89	4,50%	11 Outras Despesas de Capital		0,00	0,00%
0405 Administração local	127 396,89	4,47%	1102 Diversas		0,00	0,00%
0407 Instituições S/ Fins Lucrativos	655,00	0,02%				
06 Outras Despesas Correntes	221,40	0,01%				
0602 Diversas	221,40	0,01%				
TOTAL DESPESAS CORRENTES	2 724 555,04	95,66%	TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		123 722,44	4,34%
TOTAL DAS DESPESAS					2 848 277,48	

Em relação à despesa total paga durante o 1º Semestre de 2016 importa referir:

- No lado da Despesa Corrente:
 - A rubrica *Aquisições de Serviços* tem um peso de 58,55% no total da despesa paga.
 - A rubrica *Juros e Outros Encargos* têm um peso de 21,64% na despesa total paga, correspondente ao montante de juros pagos referente ao “Acordo de Pagamentos”.
 - As *Despesas com o Pessoal* representam 10,96% das Despesas Totais.
- No lado das Despesas de Capital:
 - Não existe Investimento pago neste período com relevância.
 - A amortização dos empréstimos contraídos representam 4,33% do total da despesa paga;

A Despesa corrente paga, corresponde a 95,66% da Despesa Total paga e a Despesa de Capital paga, corresponde apenas a 4,34% do total pago.

A Despesa Corrente paga corresponde a 102,10 % da Receita Corrente arrecadada e a Despesa de Capital paga corresponde a 60,34% da Receita de Capital cobrada incluindo a utilização do

Saldo de Gerência. Isto significa que temos Receita de Capital a financiar a Despesa Corrente e que as Receitas Correntes cobradas não são suficientes para suportar a despesa corrente paga, neste semestre.

1.3 – Previsão / Execução Orçamental

Tendo em conta o Orçamento Inicial/Dotações Corrigidas aprovado e a sua execução durante o 1º Semestre de 2016, podemos constatar que a execução da Receita Total foi de 13,09% e a da Despesa Total foi de 12,97%.

Podemos no entanto verificar, pelos grandes grupos orçamentais, quais as rubricas que apresentam uma maior execução face ao montante previsto inicialmente e quais as que neste 1º Semestre estão a contribuir para os maiores desvios, bem como fazer uma comparação com o período homologado de 2015:

Controlo Orçamental da Receita - 1º Semestre 2016				Grau Exec. Orçam. 1º Sem. 2015
Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Grau Execução	
Receita Corrente	21 067 095,41	2 668 429,62	12,67%	15,78%
05 Rendimentos de Propriedade	20,00	0,00	0,00%	4,78%
06 Transferências correntes	21 043 385,55	2 666 593,77	12,67%	15,69%
07 Venda de bens e Serv. Correntes	19 251,29	1 529,07	7,94%	25,30%
08 Outras receitas correntes	4 438,57	306,78	6,91%	1366,25%
Receita de Capital	885 980,36	205 045,22	23,14%	63,55%
10 Transferências de Capital	836 359,95	155 424,81	18,58%	57,15%
16 Saldo da Gerencia anterior	49 620,41	49 620,41	100,00%	100,00%
Total	21 953 075,77	2 873 474,84	13,09%	20,26%

Assim sendo, o maior desvio em termos das receitas previstas e as receitas cobradas, como seria de esperar, neste 1º Semestre ocorrem na rubrica 06 – Transferências Correntes, com apenas 12,67% de execução, e abaixo da execução no mesmo período de 2015.

As transferências de capital cobradas apresentam uma execução de apenas 13,09% no 1º semestre de 2016, e claramente abaixo do executado no período homólogo.

Este facto resulta essencialmente da introdução em Orçamento, em junho, da aprovação da candidatura “NORTE-08-0569-FEDER-000078-Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo”

Controlo Orçamental da Despesa - 1º Semestre 2016				% Ex. Orçam. 1º Sem. 2015
Descrição	Dotação Corrigida	Despesa Paga	Grau Execução	
Despesa Corrente	21 280 596,28	2 724 555,04	12,80%	16,30%
01 Despesas Com Pessoal	745 762,86	312 144,90	41,86%	40,73%
02 Aquisição de Bens e Serviços	14 124 767,98	1 667 729,08	11,81%	16,30%
03 Juros e Outros encargos	6 086 720,53	616 407,77	10,13%	36,68%
04 Transferências Correntes	321 744,91	128 051,89	39,80%	20,70%
06 Outras Despesas Correntes	1 600,00	221,40	13,84%	9,78%
Despesa de capital	672 479,49	123 722,44	18,40%	40,16%

07 Aquisição de Bens de Capital	424 735,79	394,19	0,09%	39,65%
08 Transferências de Capital	1 000,00	0,00	0,00%	0,00%
10 Passivos Financeiros	246 743,70	123 328,25	49,98%	50,01%
Total	21 953 075,77	2 848 277,48	12,97%	19,40%

Em termos da execução da despesa, realce para a execução das despesas com pessoal, em linha com o período homólogo.

Em relação ao período homólogo, assiste-se a uma diminuição ligeira na execução da despesa corrente, em contrapartida a uma diminuição acentuada da despesa paga em termos de Aquisições de Bens de capital.

Esta situação resulta quer de uma diminuição do montante de despesa paga em relação ao período homologa anterior, quer do atraso nos pagamentos realizados resultantes da Recolha de RSU e essencialmente da não regularização do pagamento de Juros de Mora.

1.4 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Plano Plurianual de Investimentos			% Ex. Orçam. 1º Sem. 2015
Montante Previsto	Montante Executado	% Execução	
424 735,79	394,19	0,09%	39,65%

No 1º semestre de 2016 a execução do Plano Plurianual de Investimentos foi insignificante. Este facto resulta essencialmente da introdução em Orçamento, em junho, da aprovação da candidatura “NORTE-08-0569-FEDER-000078-Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo”. Candidatura esta que apresenta uma componente de capital elevada, mas sem execução.

2 – Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados

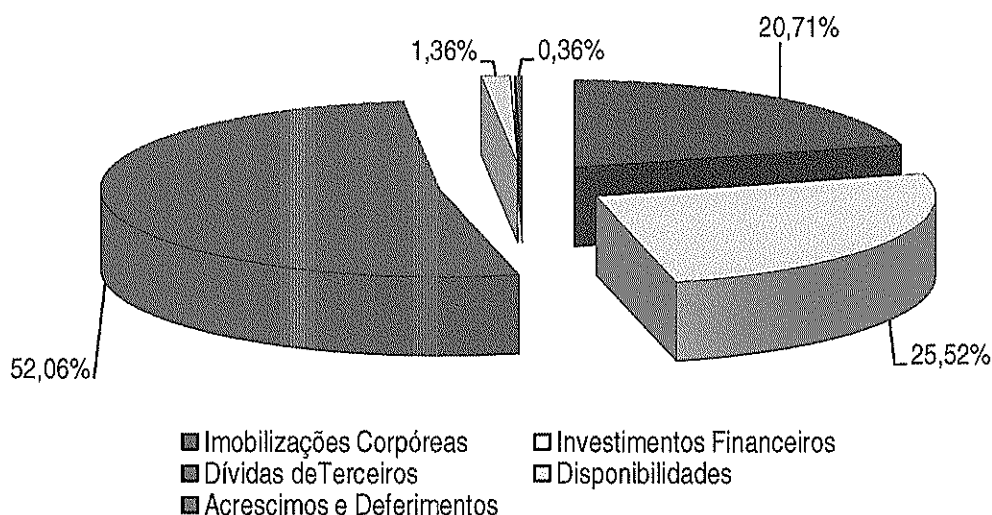
2.1 – Análise da situação patrimonial

Tendo em conta o Balanço referente ao 1º Semestre de 2016, bem como a sua estrutura podemos destacar:

ACTIVO	1º Semestre 2016			31.12.2015
	Activo Bruto	A/P	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:				
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e Recursos Naturais	490 760,30		490 760,30	490 760,30
Edifícios e Out. Construções	11 057 543,65	6 114 626,31	4 942 917,34	4 942 917,34
Equipamento Básico	2 006 843,83	2 004 576,60	2 267,23	2 267,23
Equipamento de Transporte	109 157,60	93 615,11	15 542,49	15 542,49
Ferramentas e Utensílios	132,84	132,84	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	1 015 352,01	962 067,08	53 284,93	52 890,74
Outras Imobilizações corpóreas	2 193 116,99	1 975 845,05	217 271,94	217 271,94
	16 872 907,22	11 150 862,99	5 722 044,23	5 721 650,04

Investimentos Financeiros				
Partes de Capital	7 051 406,12		7 051 406,12	7 051 916,12
	7 051 406,12		7 051 406,12	7 051 916,12
Circulante:				
Existências				
Mercadorias	92 290,78		92 290,78	116 221,93
Dívidas de Terceiros - MLP	36 084,44		36 084,44	36 084,44
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo				
Clientes C/C	1 643,28		1 643,28	1 668,52
Outros Devedores	14 255 211,05		14 255 211,05	14 969 014,75
	14 385 229,55		14 385 229,55	15 122 989,64
Depósitos e caixa				
Depósitos em instituições financeiras	376 458,10		376 458,10	380 971,48
caixa	200,00		200,00	
	376 658,10		376 658,10	380 971,48
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimo de Proveitos	98 060,33		98 060,33	98 060,33
Custos Diferidos	663,81		663,81	59 499,90
	98 724,14		98 724,14	157 560,23
Total Amortizações		11 150 862,99		
Total Provisões				
Total Activo	38 784 925,13 €	11 150 862,99 €	27 634 062,14 €	28 435 087,51 €

Estrutura do Activo





ACTIVO

Imobilizado

O Activo Imobilizado Líquido da AMVS representa cerca de 20,71% do Total do Activo

Imobilizado Corpóreo

O acréscimo do imobilizado corpóreo neste semestre deve-se apenas à aquisição de equipamento administrativo de valor não significativo.

Investimentos financeiros

A componente desta rubrica regista os movimentos financeiros da quota da AMVS no capital da Ambisousa e não existem movimentos no 1º semestre de 2016.

Circulante

Mercadorias

O valor das mercadorias representa apenas a 0,33% do Activo. Houve uma diminuição de 23.931,15€ no valor das mercadorias existentes, resultante não só das vendas do semestre, no montante de 348,81€ (correspondente ao CMVMC), mas essencialmente do CMVMC, a imputar ao abate efectuado, resultante da oferta de material aos municípios. Material este que estava afecto às vendas.

Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

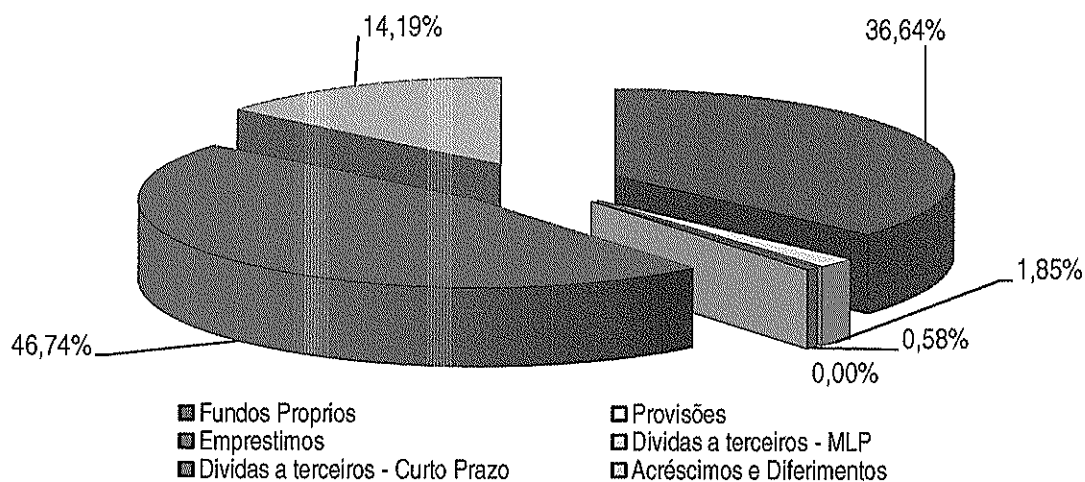
Destaque para o peso das Outras dívidas de Terceiros, que representa 52,06% do Activo, no entanto a variação ocorrida nesta rubrica de 781.798,01€ em relação ao final do ano de 2014, reflecte essencialmente o aumento da dívida dos outros devedores, nomeadamente dos municípios e Fundos Comunitários.

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	1º Semestre 2016	%	31.12.2015
Fundos Próprios:			
Património	7 238 131,62 €	26,19%	7 238 131,62 €
Ajustamento de partes de capital	3 529 999,89 €	12,77%	3 529 999,89 €
Reservas Legais	487 564,89 €	1,76%	487 564,89 €
Reservas Livres	2 359 974,94 €	8,54%	2 359 974,94 €
Doações	50 745,00 €	0,18%	51 255,00 €
Resultados Transitados	- 3 481 232,27 €	-12,60%	- 3 282 232,56 €
Resultado Líquido em Exercício	- 59 752,80 €	-0,22%	- 199 509,71 €
Total dos Fundos Próprios	10 125 431,27 €	36,64%	10 185 184,07 €
PASSIVO			
Provisões para Riscos e Encargos	510 000,00 €	1,85%	510 000,00 €
Empréstimos de MLP	159 487,61 €	0,58%	282 815,86 €

Dividas a terceiros - Curto Prazo			
Fornecedores C/C	12 068 010,21 €	43,67%	11 973 684,68 €
Estado e Outros entes públicos	24 556,34 €	0,09%	5 814,00 €
Outros Credores	645 941,17 €	2,34%	1 261 147,74 €
Garantias e Cauções	178 141,56 €	0,64%	178 141,56 €
	12 916 649,28 €	46,74%	13 418 787,98 €
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de custos	21 442,26 €	0,08%	137 247,88 €
Proveitos Diferidos	3 901 051,72 €	14,12%	3 901 051,72 €
	3 922 493,98 €	14,19%	4 038 299,60 €
Total do Passivo	17 508 630,87 €	63,36%	18 249 903,44 €
Total dos F. Próprio e do Passivo	27 634 062,14 €	100%	28 435 087,51 €

Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo



Nos fundos Próprios e Passivo a dívida a fornecedores é o mais significativo com um peso de 43,67% seguido do Património com um peso de 26,19% no Total dos Fundos Próprios e Passivo.

Passivo

A Valsousa encerra o 1º Semestre de 2016 com um passivo de 17.508.630,87€, uma diminuição face a 2015 de 741.272,57€. Esta redução resulta essencialmente da diminuição das dívidas a Outros credores no montante de 615.206,57€.

Esta redução, era expectável e resulta essencialmente dos pagamentos efectuados no âmbito dos Acordos de pagamento, em vigor com a CGD.

Dividas a Terceiros de curto prazo

As dívidas a terceiros a curto prazo representam 73,77% do Passivo e 46,74% do total dos Fundos Próprios e Passivo.

A conta de Fornecedores c/c contribui com cerca de 93,42% para o valor da dívida de curto prazo seguida da conta Outros Credores com um peso de 3,68%.

Os empréstimos representam apenas 0,91% do Passivo e a sua redução face ao final do ano de 2015 resulta da amortização ocorrida a 06.04.2016 e em 19.05.2016.

A conta estado e outros entes públicos apresenta um aumento face a 2015, resultante das operações de tesouraria relativas ao mês de junho, que apenas são entregues no mês de Julho.

Acréscimos e diferimentos

A Valsousa, tem vindo a utilizar a conta "274-Proveitos Diferidos" de forma a contabilizar os montantes relativos a subsídios para investimento, recebidos em determinado ano, com vista a serem reconhecidos como proveitos, proporcionalmente às amortizações do imobilizado adquirido, em observação do princípio da especialização do exercício.

A Valsousa não faz o lançamento das amortizações, em termos semestrais, pelo que o valor da conta 27.4 se mantém face a 31.12.2015.

A redução verificada na conta 27.3 – Acréscimos de custos resulta, em observação do princípio da especialização, na contabilização das férias e subsídio de férias e da respectiva regularização.

2.2 – Análise das contas de exploração

Durante o 1º semestre o Resultado Líquido é -59.752,80€ resultante do balanceamento entre proveitos e custos, com os custos a atingirem o montante de 2.169.844,92€ (valor que não incorpora o valor das amortizações, uma vez que estas apenas são lançadas no final do exercício) para um total de proveitos de apenas 2.110.092,12€.

CUSTOS E PERDAS	1º Sem. 2016	%	1º Sem. 2015	%
Custo das mercadorias vendidas	348,81	0,02%	1 395,30	0,04%
Fornecimentos e serviços externos	1 468 790,50	67,69%	3 177 552,34	86,00%
Custos com Pessoal	254 137,58	11,71%	275 224,02	7,45%
Transferências e Sub Correntes e PS	127 936,28	5,90%	127 906,28	3,46%
Amortizações do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Provisões do Exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros Custos Operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
(A) Total dos custos operacionais	1 851 213,17	85,32%	3 582 077,94	96,95%
Custos e Perdas Financeiros	1 316,81	0,06%	5 643,52	0,15%
(C)	1 852 529,98	85,38%	3 587 721,46	97,08%
Custos e Perdas Extraordinários	317 314,94	14,62%	107 229,62	2,90%
(E) Total Custos e Perdas	2 169 844,92		3 694 951,08	

PROVEITOS E GANHOS	2016	%	2015	%
Vendas de produtos	1 005,40	0,05%	3 965,59	0,09%
Prestação de Serviços	591,59	0,03%	1 466,31	0,03%
Transferências e Subsídios Obtidos	1 818 009,10	86,16%	4 140 669,94	96,31%
(B) Total dos Proveitos Operacionais	1 819 606,09	86,23%	4 146 101,84	96,43%
Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00%	19,11	0,00%
(D)	1 819 606,09	86,23%	4 146 120,95	96,43%
Proveitos Extraordinários	290 486,03	13,77%	153 375,97	3,57%
(F) Total Proveitos e Ganhos	2 110 092,12		4 299 496,92	

RESUMO:	1º Sem. 2016	%	1º Sem. 2015	%
Resultados Operacionais	- 31 607,08 €	52,90%	564 023,90 €	93,30%
Resultados Financeiros	- 1 316,81 €	2,20%	- 5 624,41 €	-0,93%
Resultados Correntes	- 32 923,89 €	55,10%	558 399,49 €	92,37%
Resultados Extraordinários	- 26 828,91 €	44,90%	46 146,35 €	7,63%
Resultado Líquido do Exercício	- 59 752,80 €	100,00%	604 545,84 €	100,00%

Verifica-se um agravamento das contas do 1º semestre de 2016, quando comparado com o período homólogo, em que os custos são superiores aos proveitos.

2.3 – Análise Económico – Financeira

2.3.1 – Indicadores Económicos

A presente análise é constituída por um conjunto de documentos, mapas e demonstrações financeiras que reflectem a situação financeira, patrimonial e económica no final do 1.º semestre de 2016, podendo com isso serem analisados os aspectos mais relevantes da gestão da entidade.

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela Valsousa, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 30 de Junho de 2016, por comparação ao período homólogo, cuja análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeira e notas anexas.

Indicadores	Jun. 15	Jun. 16	Dez. 2015
Actividade			
Rotação do Activo	14,21%	6,58%	18,82%
Tempo Médio de Existências (Dias)	30 905	96 574	16 125
Tempo Médio de Recebimentos (Dias)	1 228	2 862	1 021
Tempo Médio de Pagamentos (Dias)	1 386	3 234	1 059

O tempo médio de pagamentos neste período foi superior ao tempo médio de recebimento, tal como o verificado no período homólogo, com prazos largamente dilatados em ambos os casos e com tendência de agravamento face ao final do ano de 2015.

Esta situação denota um agravamentos da falta de liquidez da tesouraria, que necessita de receber para poder efectuar os pagamentos.

Indicadores	Jun. 15	Jun. 16	Dez. 2015
De Liquidez:			
Liquidez Geral	1,31	1,14	1,16
Liquidez Reduzida	1,30	1,14	1,15
Liquidez Imediata	0,04	0,03	0,03
De Endividamento:			
Autonomia Financeira	39,43%	36,64%	35,82%
Grau de Autonomia Financeira	14,24%	1,58%	2,78%
Cobertura do Imobilizado	102,47%	79,55%	80,02%
Solvabilidade	65,09%	57,83%	55,81%

Em termos dos indicadores financeiros, a liquidez, quer geral quer reduzida (deduzida das existências), é superior à unidade o que demonstra que o activo circulante é suficiente para fazer face ao passivo de curto prazo embora com rácios menores que os do período análogo, e do final do ano.

Assiste-se assim a um agravamento dos indicadores, quer de actividade, quer de Liquidez e endividamento.

2.3.2 – Indicadores de Gestão

Numa análise aos indicadores orçamentais temos:

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas

Indicadores	Jun. 14	Jun. 16	Dez. 15
Receita Total / Despesa Total	104,42%	100,88%	101,37%
Receita Corrente/ Despesa Corrente	100,14%	97,94%	102,21%
Receita Capital / Despesa Capital	116,06%	165,73%	98,93%
Passivos Financeiro / Despesa Total	2,61%	4,33%	3,00%
Receitas Próprias / Despesa Total	0,13%	0,06%	0,12%
Transferências da Adm Central / Despesas Totais	45,69%	2,27%	33,44%
Transferências da Adm Local / Despesas Totais	51,27%	96,81%	63,59%

A Receita Total arrecadada cobriu a Despesa Total paga em termos globais e com a utilização do Saldo de Gerência.

A Receita Total arrecadada foi de 100,88% da Despesa Total Paga, 97,94% em termos correntes e 165,73% em termos de capital. Isto significa que a receita de capital serviu para pagar despesa corrente.

O indicador transferências da administração local, que engloba as transferências recebidas quer em termos correntes, quer em termos de capital significa que do total dos pagamentos efectuados, 96,81% resulta da receita de transferências da administração local i.e, dos municípios. As transferências da Administração central, nomeadamente Fundos Comunitários correspondem a apenas 2,27% dos pagamentos efectuados.

Neste período em análise o peso das transferências da administração local, na despesa paga é claramente superior ao peso das transferências da Administração Central. Isto ocorre uma vez que em 2016 ainda não existe execução financeira de candidaturas, do Portugal 2020.

Estrutura da Receita

Indicadores	Jun. 15	Jun. 16	Dez. 15
Receitas Próprias / Receitas Totais	0,13%	0,06%	0,12%
Transferências da Adm Central / Receitas Totais	43,76%	2,25%	32,99%
Transferências da Adm Local / Receitas Totais	49,10%	95,96%	62,74%

Quanto à estrutura da receita, destaque para a diminuição do peso das transferências da Administração Central nas Receitas totais, quer em relação ao período homólogo, quer em relação ao final do ano.

As receitas próprias da Valsousa, apresentam um valor residual, sem expressão no contexto da Receita cobrada.

Estrutura da Despesa

Indicadores	Jun. 15	Jun. 16	Dez. 15
Despesa de Capital / Despesa Total	26,88%	4,34%	25,70%
Despesas Correntes / Despesa Total	73,12%	95,66%	74,30%
Investimento em bens do domínio privado / Despesa Total	24,28%	0,01%	22,70%
Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	24,28%	0,01%	22,70%
Transferências de Capital / Despesa Total	0,00%	0,00%	0,00%
Pessoal / Despesa Total	7,40%	10,96%	8,23%
Remunerações Certas e Permanentes / Despesa Total	6,10%	8,76%	6,23%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total	50,11%	58,55%	48,04%
Serviço da Dívida / Despesa Total	15,77%	25,97%	18,08%
Amortização de Empréstimos / Despesa Total	2,61%	4,33%	3,00%

Quanto à despesa verifica-se, durante este semestre que as despesas correntes, acentuam o seu peso face à Despesa de Capital na Despesa Total.

O peso da aquisição de bens e serviços na despesa total é de 58,55%, o que significa que, mais de metade dos pagamentos efectuados foi para a aquisição de bens e serviços.

Grau de cobertura da Despesa

Indicadores	Jun. 15	Jun. 16	Dez. 15
Receita Corrente / Despesa de Funcionamento	127,31%	134,76%	134,94%
Receita Capital / Despesa de Investimento	98,33%	39 428,91%	93,44%

A receita corrente é suficiente para cobrir as despesas de funcionamento. As receitas de capital financiaram a totalidade das despesas de investimento. Significa que as receitas de capital cobradas cobriram os pagamentos referentes aos bens de investimento adquiridos, e ainda financiaram as Despesas Correntes.

2.4 – Dívida da Associação de Municípios / Empréstimos

2.4.1 – Caracterização da Dívida a Terceiros

Tendo em conta o total das dívidas a terceiros, incluindo os empréstimos e os Acordos de Pagamento, constata-se que de 2015 para o 1º Semestre de 2016, em termos globais esta dívida diminuiu de 4,56% o que significa -625.466,95€. Isto era expectável dado que a amortização do empréstimo e dos acordos implica a diminuição da dívida. No entanto assiste-se também a uma diminuição de 3,74% a que corresponde o montante de 502.138,70€ referente à dívida de curto prazo, nomeadamente dos Outros Credores. Atente-se contudo no agravamento da dívida a fornecedores.

Outras Dívidas a Terceiros

Caracterização da Dívida	Jun. 2015	Jun. 2016	Dez. 2015	Tx Cresc.	Varição Absoluta
Curto Prazo	12 208 955,39	12 916 649,28	13 418 787,98	-3,74%	-502 138,70
22.1 - Fornecedores	11 382 540,23	12 068 010,21	11 973 684,68	0,79%	94 325,53
24. - Estado e Outros Entes Públicos	26 924,36	24 556,34	5 814,00	322,37%	18 742,34
26.1 - Fornecedores de imobilizado	145 252,07	178 141,56	178 141,56	0,00%	0,00
26.8 - Devedores e credores diversos	654 238,73	645 941,17	1 261 147,74	-48,78%	-615 206,57
Médio e Longo Prazo	1 636 078,91	159 487,61	282 815,86	-43,61%	-123 328,25
22.2 - Fornecedores mlp - Acordos	1 230 188,22	0,00	0,00	0,00%	0,00
23.1.2 - Empréstimos mlp	405 890,69	159 487,61	282 815,86	-43,61%	-123 328,25
TOTAL	13 845 034,30	13 076 136,89	13 701 603,84	-4,56%	-625 466,95

2.4.2 – Caracterização da Dívida de Terceiros

Do lado do activo, temos que as dívidas totais de terceiros à AMVS atingem um montante de 13.877.459,36€, sendo que 99,74% são dívidas de curto prazo e apenas 0,26%, dívidas de mlp. Denote-se que o incumprimento de terceiros para com a AMVS diminuiu em 7,41% de 2015 para o 1º Semestre de 2016 o que se traduz numa diminuição de 1.107.751,36€.

Outras Dívidas de Terceiros

Caracterização da Dívida	Jun. 2015	Jun. 2016	Dez. 2015	Tx Cresc.	Varição Absoluta
Curto Prazo	13 928 188,15	13 841 374,92	14 949 126,28	-7,41%	-1 107 751,36
26.8.2.1 - Estado	1 173 053,04	357 627,93	415 962,52	-14,02%	-58 334,59
26.8.2.2.2 - Municípios	12 755 135,11	13 475 885,80	14 525 302,57	-7,22%	-1 049 416,77
26.8.8 - Outros Devedores Diversos	0,00	7 861,19	7 861,19	0,00%	0,00
Médio e Longo Prazo	1 513 244,21	36 084,44	36 084,44	0,00%	0,00
26.8.2.2.1 - Municípios - Acordos	1 230 188,20	0,00	0,00	0,00%	0,00
26.8.2.2.3 - Municípios - Empréstimos	283 056,01	36 084,44	36 084,44	0,00%	0,00
TOTAL	15 441 432,36	13 877 459,36	14 985 210,72	-7,39%	-1 107 751,36

As dívidas de terceiros à AMVS assumem três tipologias, dívidas dos municípios, dívidas de entidades que comparticipam com fundos comunitários e dívidas resultantes da Revisão de Preços de empreitadas.

Se considerarmos apenas a dívida de curto prazo e em termos individuais temos:

Caracterização da Dívida	1º Semestre 2015	1º Semestre 2016	Dez. 2015	Tx Crescimento	Variação Absoluta
Curto Prazo					
Município de Castelo de Paiva	39 203,82	27 720,66	32 527,38	-14,78%	-4 806,72
Município de Felgueiras	834 614,21	745 272,85	1 270 245,55	-41,33%	-524 972,70
Município de Lousada	292 840,19	173 342,34	546 781,47	-68,30%	-373 439,13
Município de Paços de Ferreira	10 994 858,23	11 980 022,46	11 983 245,24	-0,03%	-3 222,78
Município de Paredes	209 050,02	228 797,79	268 387,87	-14,75%	-39 590,08
Município de Penafiel	212 523,08	155 145,30	272 030,66	-42,97%	-116 885,36
Município de Amarante	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Município de Baião	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Município de Celorico de Basto	89 546,10	107 546,10	98 546,10	9,13%	9 000,00
Município de Cinfães	1 500,00	4 500,00	1 500,00	100,00%	3 000,00
Município do Marco de Canaveses	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Município de Resende	80 999,46	53 538,30	52 038,30	2,88%	1 500,00
Ministerium Fur Landesentwicklung	17 705,85	0,00	0,00	100,00%	0,00
Agencia para o Desenvolvimento e Coesão		291 868,06	347 902,00	100,00%	-56 033,94
IFDR - Instituto Financeiro D. Regional	1 155 347,19	65 759,87	68 060,52	-3,38%	-2 300,65
Revisão de Preços	0,00	7 861,19			
Total	13 928 188,15	13 841 374,92	14 941 265,09	-7,36%	-1 099 890,17

Em termos individuais e comparativamente a Dezembro de 2015, é de notar a redução significativa da dívida dos Municípios de Lousada, Felgueiras e Penafiel. Em termos absolutos de 2015 para o 1º Semestre de 2016, salienta-se o aumento da dívida dos Municípios de Celorico de Basto, Cinfães e Resende.

O Peso da dívida de curto prazo do Município de Paços de Ferreira à AMVS corresponde a 86,55% da dívida total de curto prazo.

2.4.3 - Empréstimos

Em relação aos empréstimos a AMVS tem em execução a amortização de 2 empréstimos, contraídos em 1998, na CGD, ambos contraídos no âmbito da candidatura apresentada e já concluída, ao Fundo de Coesão no âmbito dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Tendo em conta os empréstimos contraídos de mlp e o pagamento das amortizações ocorridos em 06/04/2016 e 19/05/2016, a situação dos empréstimos no 1º Semestre é a referida no mapa atingindo um valor de 159.487,61€.

De salientar que o empréstimo nº 0411/001044/691 tem a sua última prestação a vencer em 19/11/2016, mantendo-se para 2017, apenas o empréstimo nº 0411/001093/491 no montante de 36.084,44€.



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA

(Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel)

Empréstimos

Caracterização da Dívida	Ano 2015	1º Semestre 2016
Médio e Longo Prazo		
Empréstimo nº 0411/001044/691	210 653,48	105 360,96
Empréstimo nº 0411/001093/491	72 162,38	54 126,65
TOTAL	282 815,86	159 487,61

Notas:

A Associação de Municípios apenas efectua movimentos de regularização, no término do exercício, pelo que, nomeadamente o cálculo de amortizações e especializações não estão considerados neste semestre.

Atente-se contudo, que sendo esta metodologia adoptada, na comparação dos períodos homólogos esta ressalva não se aplica.

A Coordenadora da Área
Financeira

(Maria de Fátima Fonseca)

O Secretário Geral

(Luís Monteiro)

Lousada, 31 de Agosto de 2016